



Organização
Mundial da Saúde

ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A África

AFR/RC67/INF.DOC/2
6 de Junho de 2017

ORIGINAL: INGLÊS

COMITÉ REGIONAL PARA A ÁFRICA

Sexagésima sétima sessão

Victoria Falls, República do Zimbabwe, 28 de Agosto a 1 de Setembro de 2017

Ponto 19.2 da ordem do dia provisória

RELATÓRIO DE PROGRESSO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA REGIONAL PARA A ADAPTAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Documento de Informação

ÍNDICE

	Parágrafos
ANTECEDENTES	1-3
PROGRESSOS REALIZADOS	4-9
FASES SEGUINTEs	10-11

ANTECEDENTES

1. As alterações climáticas representam graves ameaças para a saúde e a sobrevivência humana no mundo inteiro¹. Têm fortes impactos em África, onde, por si só, as condições sociais, políticas, ambientais e económicas já constituem vulnerabilidades sanitárias para muitas comunidades². Em 2011, a sexagésima primeira sessão do Comité Regional da OMS para a África adoptou o Quadro para a adaptação da saúde pública às alterações climáticas, através da sua Resolução AFR/RC61/R2³. Na sequência disso, a OMS estabeleceu o programa regional para a adaptação da saúde pública às alterações climáticas a par do seu Plano de acção em 2012⁴.

2. O Programa Regional incide sobre as seis intervenções centrais seguintes: avaliações de base e das capacidades; reforço das capacidades; sensibilização e mobilização social; vigilância ambiental e sanitária integrada; gestão ambiental orientada para a saúde pública; incremento das intervenções de saúde pública existentes e da investigação. Em 2014, a sexagésima quarta sessão do Comité Regional da OMS para a África recebeu o primeiro relatório de progresso sobre a implementação do programa para a adaptação (AFR/RC64/INF.DOC/4)⁵. O primeiro relatório propunha que, nos anos subsequentes, fossem empreendidas medidas prioritárias de capacitação, parcerias e colaboração intersectorial bem como de promoção da causa.

3. O presente relatório faz o balanço dos progressos realizados na implementação do programa regional pelos Estados-Membros e pelos seus parceiros. Mas também indica as principais realizações, os desafios e o caminho a seguir.

PROGRESSOS REALIZADOS

4. De 2014 até hoje, dez Estados-Membros⁶ completaram avaliações abrangentes dos riscos apresentados pela variabilidade climática e das mudanças sobre a saúde da população e sobre os sistemas de saúde. Com base nos elementos comprovados gerados por essas avaliações, os países identificaram e planearam medidas de adaptação consentâneas com os impactos actuais e futuros das alterações climáticas sobre a saúde e sobre o bem-estar da população.

5. Em 2016, houve uma capacitação técnica de onze países⁷ afectados para permitir-lhes planejar e dar resposta aos impactos sanitários induzidos pelos eventos climáticos extremos causados por El Niño (seca, chuvas torrenciais e cheias) na África Austral e Oriental. Sob a liderança do Comité Permanente Inter-Agências (IASC) Regional para a África Austral (RIASCO) com o contributo das Comunidades Económicas Regionais⁸, foi desenvolvido o plano regional consolidado de resposta ao El Niño.

¹ Anthony Costello et al. *Managing the health effects of climate change*. *Lancet* 2009; 373: 1693-1733.

² WHO, *Global health Risks: Mortality e Burden of Disease attributable to selected major risks*, Genebra, Organização Mundial da Saúde, 2009.

³ Resolução AFR/RC61/R2, Quadro operacional para adaptação da saúde pública às alterações climáticas na Região Africana. In: Sexagésima primeira sessão do *Comité Regional Africano da OMS, Yamoussoukro, Côte d'Ivoire, 29 Agosto a 2 de Setembro de 2011, Relatório Final*. Brazzaville, Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional para a África, 2011 (AFR/RC61/14), pp. 8-10.

⁴ OMS, *Adaptação às alterações climáticas em África: Plano de acção para o sector da saúde 2012-2016*, Brazzaville, Organização Mundial da Saúde Escritório Regional para a África, 2012.

⁵ OMS, *Programa Pan-Africano para a Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas: situação actual e perspectivas*. In Sexagésima quarta sessão do Comité Regional da OMS para a África, Cotonou, República do Benim, 3 a 7 de Novembro de 2014, Documento de informação. Brazzaville, Organização Mundial da Saúde, Escritório Regional para a África, 2014 (AFR/RC64/INF.DOC/4.).

⁶ Benim, Burquina Faso, Etiópia, Gana, Guiné Conacri, Madagáscar, Malawi, Mali, Tanzânia e Zâmbia.

⁷ Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Sudão do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Uganda e Zimbabue.

⁸ Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade da África Oriental (CAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), RIASCO.

6. Na sequência da criação, em 2013, da Rede Internacional Clima e Saúde em África (Clim-HEALTH Africa)⁹, novos parceiros, incluindo instituições de investigação, o meio académico e doadores, juntaram-se à rede desde 2015. Consequentemente, a representação da saúde nas estratégias e políticas associadas às alterações climáticas aumentou a todos os níveis.

7. Entre 2014 e 2016, onze Estados-Membros¹⁰ da Região desenvolveram o seu próprio perfil nacional sobre clima e saúde aplicando os elementos científicos mais relevantes e precisos do sector da meteorologia e do sector da saúde¹¹. Esses documentos apresentam aos Estados-Membros um retrato sumário do impacto das alterações climáticas sobre a saúde e das oportunidades em termos de benefícios comuns para a saúde. Procuram habilitar os ministros da saúde assim como outros decisores a participar, defender a causa e agir a favor da protecção da saúde contra os efeitos das alterações climáticas.

8. A OMS, com o financiamento do Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento do Canadá, está a realizar projectos-piloto de investigação sobre a resiliência da população às doenças transmitidas por vectores¹² no contexto das alterações climáticas em sete Estados-Membros¹³. Esses projectos contribuíram para compreender melhor os efeitos das alterações climáticas sobre a saúde local e geraram ainda mais elementos fundamentados sobre medidas adequadas de adaptação local.

9. Apesar das realizações acima referidas, a implementação do programa de adaptação tem sido mais lenta do que se previa. As limitadas capacidades técnicas e científicas no campo das alterações climáticas e da saúde, a abordagem pouco integrada, o financiamento insuficiente e a inadequada sensibilização acerca do impacto das alterações climáticas sobre a saúde têm obstaculizado a implementação do programa.

FASES SEGUINTE

10. Para enfrentar os desafios acima referidos e para acelerar a implementação do programa regional, os Estados-Membros e os parceiros devem levar a cabo as seguintes acções prioritárias até 2019:

- a) Realizar avaliações da vulnerabilidade e da adaptação às alterações climáticas;
- b) Desenvolver e implementar planos nacionais de adaptação da saúde às alterações climáticas;
- c) Apoiar o reforço de capacidades para integrar a resiliência climática na programação da saúde no intuito de melhorar os alertas precoces e a vigilância de doenças sensíveis ao clima;
- d) Promover parcerias mutuamente vantajosas, colaborações intersectoriais e acções de promoção dessa causa para facilitar o acesso dos Estados-Membros a mecanismos mundiais de financiamento multilateral, incluindo o Fundo Mundial para o Ambiente e o Fundo Verde para o Clima;

⁹ Consórcio Internacional para o Clima e a Saúde em África, OMS 2013, <http://www.climhealthafrica.org/>, consultado em 10 de Fevereiro de 2017.

¹⁰ Argélia, Botsuana, Etiópia, Gana, Quénia, Madagáscar, Malawi, Nigéria, África do Sul, Uganda e Tanzânia.

¹¹ Perfis por país sobre clima e saúde, Genebra, Organização Mundial da Saúde, 2015 <http://www.who.int/globalchange/resources/country-profiles/en/>, consultado em 5 de Fevereiro de 2017.

¹² Paludismo, esquistossomose, tripanossomíase humana africana e febre do Vale do Rift.

¹³ Botsuana, Côte d'Ivoire, Quénia, Maurícias, Zimbabwe, África do Sul e Tanzânia.

- e) Apoiar a participação comunitária através de acções de sensibilização e mobilização social e do desenvolvimento e da implementação de programas de adaptação de base comunitária.
11. Solicita-se ao Comité Regional que tome conhecimento do presente relatório de progresso.